

O ENTORNO REGIONAL E A VOLTA DO PLANEJAMENTO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: A AMAZÔNIA PERMANECE EM FOCO

Messias Luiz do NASCIMENTO¹

Alcindo José de SÁ²

RESUMO

A presença do Estado na Amazônia remonta aos idos do nosso “descobrimento” por Portugal. Não há período que possa ser comparado com o vivenciado durante os governos militares quando o assunto é a ocupação e integração de tão vasta porção do território nacional. O território é a base do Estado. No presente artigo o que tem acontecido na interface entre o Estado e o território. Para tanto, na primeira parte do mesmo realizamos uma pequena revisão teórica de como alguns dos ícones da geografia brasileira analisam o território e suas implicações para o País. Mas uma análise a respeito da escola geopolítica norte-americana também se faz necessária ainda nessa parte do artigo uma vez que trata de uma teoria que envolve todo o território brasileiro, abarcando, inclusive, todo o continente. Na segunda parte analisamos o território em dois momentos distintos ocorridos no ano de 2007; é claro que no primeiro momento não ganha o devido destaque, enquanto no segundo, surge como pano de fundo para quase a totalidade dos debates. Já na terceira parte do artigo é abordado como o entorno regional tem sofrido um processo de mudança complexa e profunda, que vai causar repercussão no Brasil e uma necessidade de modernização de suas Forças Armadas, que é tratado na quarta parte. O arcabouço institucional é tema da quinta parte, abordando as políticas, planos e programas que tratam da questão territorial, direta ou indiretamente. O Programa Calha Norte merece uma análise em separado, tema da parte seis, por se tratar de uma intervenção estatal numa porção do território, cujo principal ator partícipe é o Exército Brasileiro. Por fim, em breve conclusão, vislumbramos que haja uma integração das políticas que tratam da organização e ordenamento do território nacional.

Palavras-chave: fronteira, Amazônia, exército, território.

ABSTRACT

The presence of the State in the Amazonia remounts to the years of our "discovery" for Portugal. There is no period which can be compared with that experienced during the military governments, when the subject is the occupation and integration of such vast portion of the national territory. The territory is the base of the State. In the present article that has been happening in the communication between the state and the territory. For so much, in the first part of the same we accomplished a small theoretical revision of as some of the icons of the Brazilian geography analyze the territory and their implications to the country. But an analysis regarding the north American geopolitics school is also made necessary still in that part of the article once it treats of a theory that involves the whole Brazilian territory, embracing besides, the whole continent. In the second it leaves

¹ Mestrando do Curso de Mestrado e Doutorado em geografia da UFPE.

² Professor Adjunto do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE. E-mail: alcindo-sa@uol.com.br.

analyzed the territory in two different moments happened in the year of 2007; of course in the first moment no it wins the due prominence, while in the second, it appears as backdrop for almost the totality of the debates. Already in the third part of the article it is approached how the regional margin has been suffering a process of complex and deep change, which will cause to echo in Brazil and the need of modernization of their Armed Forces, which is focused in the fourth part. The institutional organization is theme of the fifth part, approaching the politics, plans and programs that treat of the subject territorial, direct or indirectly. The Program Calha Norte deserves a separate analysis, a theme of the sixth part; it treats a State intervention in a portion of the territory, whose the main actor participant is the Brazilian Army. Finally, soon conclusion, we glimpsed that there is an integration of the politics which treats the organization and the order of the national territory.

Key words: Border, Amazonian, army, territory.

1. OLHARES TEÓRICOS SOBRE A PERCEPÇÃO DE TERRITÓRIO

Para Becker (1990), “a ocupação da Amazônia se torna prioridade máxima após o golpe de 1964, quando, fundamentado na doutrina de segurança nacional, o objetivo básico do governo militar torna-se a implantação de um projeto de modernização nacional, acelerando uma radical reestruturação do país, incluindo a redistribuição territorial de investimento de mão-de-obra, sob forte controle social”. Porém, ainda no governo de Getúlio Vargas foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). E no governo de Juscelino Kubitschek tem início o processo de unificação dos mercados nacionais com a construção das rodovias Brasília-Acre e Belém-Brasília. Mas será na década de 1970 que o Estado-nacional assumirá de fato a iniciativa de ocupação regional. Assim, a ocupação da Amazônia, de fato, foi iniciada no Regime Militar, porém, teve sua fase embrionária em governos anteriores.

Implicações geopolíticas de ordem interna e externa fizeram a região assumir a prioridade dos governos militares. Várias são as implicações externas. Para Becker (1990) estas estariam repousando na extensa vulnerabilidade e isolamento da região, os fluxos populacionais dos países amazônicos vizinhos na direção da fronteira, necessidade de assegurar a presença do Brasil na exploração dos recursos minerais da região e a crescente projeção do Brasil no cenário continental e mundial. No que diz respeito às implicações internas, a região é vista como solução conjunta para os problemas de duas regiões problemáticas econômica e socialmente: a tensão social do Nordeste; e a possibilidade de dar continuidade ao crescimento do centro dinâmico do Sudeste, abrindo possibilidade de novos investimentos, recursos e mercados em tempo rápido. Assim, uniu-se o útil ao agradável.

Segundo Becker (1990), para dar cabo de tarefa tão complexa quanto pioneira o governo optou por traçar uma poderosa estratégia, programando e impondo uma malha de duplo controle, uma técnica e outra política sobre o espaço, territorializando-o, de direito, pois, de fato, já pode ser considerado territorializado pela presença indígena preexistente ao branco na Amazônia. Os principais elementos dessa estratégia foram: primeiro, a implantação de redes de integração espacial (rede rodoviária, rede de telecomunicações, rede urbana e a rede hidroelétrica); segundo, a superposição de territórios federais sobre os estaduais (implantação do território da Amazônia Legal, território de 100 km de ambos os lados de toda estrada federal, território da Polamazônia, território do Programa Grande Carajás, território do Projeto Calha Norte, este já no governo de José Sarney); finalmente, a terceira estratégia foi a operacionalização dos subsídios ao fluxo de capital (do Sudeste) e indução ao fluxo migratório (do Nordeste).

Os vários territórios apresentados por Becker formam um único território: o Brasil. Assim, Santos (2005, p.19) assevera que “o território é um nome político para o espaço de um país [...] a existência de um país supõe um território”, único e indivisível. Logo, o território, unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país, constituindo, assim, o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual.

No que diz respeito às diversas etapas, Santos (2005) ao periodizar a história do território brasileiro, nos apresenta uma sucessão de meios geográficos no país. “Assim, ao longo da história da organização do território brasileiro, três momentos poderiam, grosso modo, ser identificados: os meios ‘naturais’, os meios técnicos e o meio técnico-científico-informacional” (Santos, 2005, p.27). O primeiro grande momento estaria ligado aquilo que Milton Santos determinou de “tempos lentos da natureza”, no qual o objetivo maior do homem era o de amansar a natureza; o segundo momento estava ligado a gradual implementação de meios técnicos buscando atenuar o “império da natureza”; e finalmente, o terceiro momento, o mais atual, cuja principal característica é o agravamento das diferenças regionais, que no caso do Brasil, realça não só a hegemonia paulista, mas também as áreas periféricas. Quanto ao momento atual, debruçaremos-nos, mais adiante, sobre dois eventos recentes ocorridos no País e que tiveram impacto direto sobre o território nacional: o XII Encontro da ANPUR e o VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos. Mas, falar em território implica falar necessariamente em geopolítica. E nada melhor do que uma breve análise sobre uma matéria do cientista político José Luís Fiori (Correio Braziliense, 08 de dezembro de 2007) a respeito daquele que é considerado o

principal geoestrategista norte-americano do século XX. Nicholas Spykman não foi um cientista, foi um geopolítico. De origem holandesa, dirigiu o Instituto de Estudos Internacionais entre 1935 e 1940 da Universidade de Yale. Spykman afirmava que geopolítica não é uma ciência; é apenas uma disciplina que estuda a relação entre o espaço e a expansão do poder, antecipando e racionalizando as decisões estratégicas dos países que exercem poder fora das fronteiras nacionais. É por isso, aliás, que só existe produção geopolítica relevante nas chamadas grandes potências, e cada uma delas tem a própria escola geopolítica, com suas preocupações, objetivos e racionalizações específicas. Como no caso clássico da escola geopolítica alemã, de Friederich Ratzel e Karl Haushofer; ou da escola geopolítica inglesa, de Halford Mackinder. Dentro dessa tradição, não há dúvida de que Nicholas Spykman foi o pai da escola geopolítica norte-americana. Modificando a tese central de Halford Mackinder, para Spykman, quem tem o poder mundial não é quem controla diretamente o coração do mundo, mas quem é capaz de cercá-lo, como os Estados Unidos fizeram durante toda a guerra fria, e seguem fazendo até os nossos dias. A respeito da tese central de Spykman (domínio pelo cerco), Godoy (2007) afirma que em Brasília, há interesse em conhecer detalhes de um certo Plano Sul, iniciado em 1992, que resultou até agora na presença de 17 guarnições militares dos EUA - operacionais ou de informações - em países como Equador, Peru, Paraguai e Chile; em ilhas do Caribe, no arquipélago das Falklands (com suporte da Grã-Bretanha) e, a partir de 2009, também na costa da África, em São Tomé e Príncipe. As localidades abrigam pessoal e centros de vigilância e curiosamente se conectadas perfazem um cerco ainda incompleto sobre o território brasileiro.

As obras deixadas por Spykman (*America's strategy in world politics* - 1942; e *The geography of the peace* - 1944), balizaram de forma brilhante como deveria ser a política externa norte-americana no pós II Guerra Mundial. Chama atenção a semelhança entre suas propostas estratégicas e a política externa que os Estados Unidos adotaram efetivamente durante a segunda metade do século XX em diversas escalas. Em termos planetários, Spykman defendeu a necessidade de uma aliança estratégica e de uma hegemonia conjunta, anglo-americana, para gerir o mundo no pós-guerra. Os acordos de Bretton Woods, e formulação da doutrina Churchill-Truman materializaram essa aliança estratégica. Na Europa, implementou a reconstrução e proteção da Alemanha pelos Estados Unidos, com a finalidade de contenção da então União Soviética; defendeu uma oposição firme contra o projeto de unificação européia e a manutenção do equilíbrio de poder europeu, tutelado pelos Estados Unidos como vem acontecendo cada vez mais depois da

queda do Muro de Berlim. Na Ásia, defendeu a reconstrução e proteção do Japão para enfrentar a ameaça futura da China.

Com relação à América, Fiori chama a atenção para o espaço que Spykman dedica na sua obra à discussão da América Latina e, em particular, à ‘luta pela América do Sul’. Spykman parte de uma separação radical entre a América dos anglo-saxões e a América dos latinos. Nas suas palavras, “as terras situadas ao sul do Rio Grande constituem um mundo diferente do Canadá e dos Estados Unidos. E é uma coisa desafortunada que as partes de fala inglesa e latina do continente tenham que ser chamadas igualmente de América, evocando uma similitude entre as duas que de fato não existe” (FIORI *apud* SPYKMAN, 2007). Em seguida, ele propõe dividir o mundo latino em duas regiões, do ponto de vista da estratégia americana no subcontinente: uma primeira, “mediterrânea”, que incluiria o México, a América Central e o Caribe, além da Colômbia e da Venezuela; e uma que incluiria toda a América do Sul, abaixo da Colômbia e da Venezuela. Feita essa separação geopolítica, Spykman define a “América Mediterrânea como uma zona em que a supremacia dos Estados Unidos não pode ser questionada. Para todos os efeitos, trata-se de um mar fechado cujas chaves pertencem aos Estados Unidos, o que significa que o México, Colômbia e Venezuela (por serem incapazes de se transformar em grandes potências) ficarão sempre numa posição de absoluta dependência dos Estados Unidos”. O México é o primo-pobre do Nafta; a Colômbia é cada vez mais dependente do Plano Colômbia, implementado pelos norte-americanos; e a Venezuela, que sempre teve ligações quase carnavais com os Estados Unidos, após a ascensão de Hugo Chávez, permanece dependente dos petrodólares, apesar das bravatas do líder venezuelano. O problema aqui vislumbrado, atualmente, está nos “Amigos dos Amigos”, pois se a Colômbia tem nos Estados Unidos seu principal aliado, a Venezuela (para o presidente Lula, amigo do Brasil) tem se aproximado de “amigos” (Rússia, Irã e China), cujos interesses são contrárias aos dos norte-americanos. Mas retornando a Spykman, qualquer ameaça à hegemonia americana na América Latina, se ocorrer, deveria partir da ‘região do ABC’: Argentina, Brasil e Chile. Nas palavras do próprio Spykman: “Para nossos vizinhos ao sul do Rio Grande, os norte-americanos serão sempre o ‘colosso do Norte’. Por isso, os países situados fora da nossa zona imediata de supremacia, ou seja, os grandes estados da América do Sul (Argentina, Brasil e Chile) podem tentar contrabalançar nosso poder através de uma ação comum ou através do uso de influências de fora do hemisfério”. E, nesse caso, conclui: “Uma ameaça à hegemonia americana nessa região do hemisfério (a região do ABC) terá que ser respondida através da guerra”. O mais interessante é que, se

essas análises, previsões e advertências não tivessem sido feitas por Nicholas Spykman, pareceriam bravata de algum desses populistas latino-americanos que inventam inimigos externos e se multiplicam como cogumelos, segundo a idiotia conservadora, finaliza Fiori (2007).

A partir desse referencial teórico, analisamos a perspectiva no território nacional e a seguir, mas especificamente a “Cabeça do Cachorro” sob dois eventos ocorridos no ano de 2007, e que tivemos a oportunidade de estar presente. A seguir analisamos, sucintamente, as principais políticas, planos e projetos que direcionam a atuação do poder público na gestão dos territórios. Para tanto, num esforço extra, confrontaremos a atual Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a Política de Defesa Nacional (PDN), a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT, ainda em gestação), e o Plano Diretor da Cidade de São Gabriel da Cachoeira.

2. O TERRITÓRIO ANALISADO EM DOIS MOMENTOS

O XII Encontro da ANPUR, em maio de 2007, na cidade de Belém-PA. O evento foi permeado pelo discurso acadêmico, com representantes de diversos centros de excelência do país. O foco do Encontro foi a Amazônia. Os debates foram extremamente conceituais e, tivemos a oportunidade de apresentar, conjuntamente com o Professor Doutor José Alcindo de Sá, o artigo intitulado: “5º Pelotão Especial de Fronteira: territorialidades e temporalidades na Cabeça do Cachorro”. O artigo aborda um tema que vem sendo amplamente discutido no Brasil e em outros países: a Amazônia. A vivência pessoal do autor, na região, por um certo período de tempo despertou a curiosidade em relação a essa temática. A Amazônia era, como, aliás, ainda é, um mito para a maior parte da sociedade brasileira e do mundo. O 5º Pelotão Especial de Fronteira (5º PEF), unidade militar do Exército Brasileiro, localizado em Maturacá, inserido na chamada região da “Cabeça do Cachorro”, município de São Gabriel da Cachoeira-AM, é o foco principal do artigo. Um vértice do Estado Nacional com funções vitais que esse mesmo Estado Nacional teima negligenciar. Porém, há sinais que nos permitem afirmar que, o Estado Nacional ao receber estímulos do processo de globalização, ora vem atuando com o intuito de manter sua soberania sobre a região, ora, adotando lógicas globais. A partir do 5º PEF, questiona-se, para qual direção tem sido a presença do Estado na Amazônia: rumo à soberania ou à inserção pura e simples no processo de globalização? Adiciona-se a este cenário global, o entorno regional, com governos que também possuem territórios na Amazônia, principalmente, a Bolívia, de Evo Morales, a Colômbia, de Alvaro Uribe e a Venezuela, de

Hugo Chaves. Mas é um segundo momento em que o território volta a ganhar destaque tanto no meio acadêmico quanto no meio governamental.

O VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, em novembro de 2007, na cidade de Brasília-DF. Diferente do primeiro momento, esse foi impregnado por um viés político-ideológico. O pacote do VII Encontro foi nos apresentado em formato “fechado”, ou seja, as diversas palestras, seminários e apresentações já estavam pré-definidas. Assim, não havia espaço para a inscrição de trabalhos acadêmicos para o referido Encontro. O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) foi o organizador do evento, contando também com o apoio da Universidade de Brasília (UnB) e outros órgãos governamentais. Nas diversas falas emanadas pelos representantes do Governo Federal ficou claro a discurso político voltado para o planejamento de Estado, com propostas para longos períodos de tempo. Assim, a fala do senador Aloísio Mercadante enaltecia a necessidade da volta do planejamento como ferramenta para as soluções dos grandes óbices nacionais. O Ministro-de-Estado da Educação Fernando Hadad também deixou claro a necessidade de planejamento de longo prazo para o setor educacional, cuja Política de Desenvolvimento da Educação (PDE) já se encontra em expansão. As falas do Ministro-de-Estado da Defesa Nelson Jobim, do Embaixador Samuel Pinheiro, do Chefe do GSI/PR General Armando Félix e do Secretário do Planejamento de Longo Prazo Mangabeira Unger foram as que mais atenção despertaram na platéia, composta invariavelmente por ampla maioria de militares das três Forças Armadas. Houve um alinhamento natural nos diversos discursos das autoridades ora nomeadas, seja qual fosse o tema. Porém, novamente, o foco determinado foi todo o território nacional, porém, com ênfase na Amazônia. O planejamento de Estado foi a ferramenta mais buscada pelos oradores na busca das soluções dos problemas apresentados. A escala nacional volta a ter relevância no atual governo, o que contraria alguns estudiosos, para os quais o Estado tem perdido terreno para a globalização. Porém, a escala regional, materializada na Amazônia e, a escala continental, materializada na Pan-Amazônia também estiveram no centro dos debates, assim como a escala global, donde vários palestrantes foram unânimes em afirmar a permanência da supremacia dos Estados Unidos no cenário mundial. Na visão do atual governo a questão da Amazônia não pode ser tratada somente na perspectiva da escala nacional. Esta já não daria conta de analisar território tão extenso, diverso e heterogêneo, havendo a necessidade do transbordamento de algumas políticas nacionais para territórios de outros países também amazônicos. Mangabeira Unger, que já defendeu o *impeachment* do presidente Lula, hoje como

membro do Governo teve uma postura firme quando se tratava das perspectivas do Brasil no futuro. Para ele, o planejamento econômico do país não pode, em hipótese alguma, estar desassociado de uma Política Estratégica de Defesa Nacional, a ser concluída e apresentada no corrente ano. Corroborando com esta mesma linha de pensamento, o ministro Nelson Jobim foi enfático em afirmar a intenção do Governo em dar uma maior ênfase no tema “Defesa Nacional”. Obviamente, que tal tema envolve diretamente os militares, que como já dissemos, eram maioria absoluta em todas as apresentações. Logo, é de se supor que o discurso do ministro tinha um endereço certo. E parece ter atingido seu objetivo, pois que as palavras dela pareciam “soar como mel” aos ouvidos da atenta platéia. O reaparelhamento das três Forças Armadas foi um dos principais temas da Defesa e, a indústria nacional de defesa parece que entraria definitivamente na pauta do atual governo. Embora os palestrantes não tenham feito ligação, tudo indica que tais movimentações nos bastidores de Brasília, tem relação com o entorno regional, uma vizinhança cada vez mais complexa.

3. UMA VIZINHANÇA PROBLEMÁTICA

Os Estados Unidos e a Rússia, de forma velada, estão no centro da formação de três blocos distintos de países na América do Sul: um primeiro bloco formado por Venezuela, Equador e Bolívia, mas com adesão do Panamá e de Cuba. Bloco radicalmente desfavorável aos Estados Unidos e, com uma aproximação da Rússia como fornecedora de armamento; um segundo bloco, formado por Colômbia, Peru e Chile, mais simpáticos aos norte-americanos; um terceiro bloco, formado basicamente pelos integrantes do Mercosul, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, cuja relação com o gigante do norte poderia ser considerada como “mais independente”.

Em 2007, John Chipman, diretor do prestigiado Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, declarou que a “geopolítica não tinha saído de moda”. Não estaríamos mais em um mundo unipolar, dominado pelos EUA, ou multipolar - não existem pólos de poder capazes de contestar diretamente os americanos. O mundo seria simplesmente “apolar”.

Em reportagem datada de 04 de março de 2007, a Folha de São Paulo atesta que não resta dúvida de que os EUA continuam sendo imbatíveis em guerras convencionais. Seus tanques M-1 Abrams são superiores a quaisquer outros, seus caças F-15, F-16, F-18 e agora o mais moderno de todos, F-22, derrubariam do ar qualquer oposição. Nada flutua sem pedir permissão indireta à Marinha americana, que se reorganizou após a Guerra Fria,

de uma força que planejava combates em alto mar contra navios e submarinos soviéticos para uma força capaz de "projetar poder" nas áreas litorâneas - ou seja, influenciar a política em quase todo o planeta. Os 41 submarinos nucleares com mísseis balísticos do auge da Guerra Fria foram cortados para 14. Mas outros quatro foram adaptados para lançamento de mísseis de cruzeiro Tomahawk, veteranos de ataques convencionais contra alvos em terra, como foi o caso do conflito nos Bálcãs. Cada um dos 12 porta-aviões americanos transporta cerca de 80 aeronaves, 50 das quais podem ser usadas para bombardear alvos a até centenas de quilômetros do mar, como demonstrou seu emprego no Afeganistão e no Iraque.

Mas os conflitos assimétricos no Iraque e no Afeganistão provam que a única superpotência tem limites. Há um outro limite que vai além do limiar convencional da guerra: aquele das armas nucleares levadas na ponta de mísseis balísticos. China e Rússia têm demonstrado apetite para contrapor a supremacia militar americana quando se trata de armas nucleares, pois estas nações possuem os chamados mísseis balísticos intercontinentais, capazes de atingir alvos a longa distância. Não obstante, tanto o Paquistão quanto a Índia, que já desenvolveram armas nucleares, agora também estão desenvolvendo mísseis de alcance intermediário. Mas aqui nos interessa os limites da guerra convencional.

Já a Rússia, após o colapso do socialismo tenta retomar seu "lugar de direito" no xadrez mundial. A América do Sul, notadamente, os países contrários aos Estados Unidos surgem como campo fértil para a atuação de Moscou, embora ainda de forma modesta. Mas os últimos embates entre Estados Unidos e Rússia (crise da instalação do sistema de mísseis na Polônia e Tchecoslováquia; a disputa pela posse do Pólo Norte; e a nova projeção do poder militar russo) no campo geopolítico dá início a um formato que o mundo já vivenciou não faz muito tempo: a Guerra Fria.

A América do Sul é considerada, hoje, uma das regiões mais pacíficas do mundo, inclusive, sem a presença de artefatos nucleares. Porém, uma "correria" ou corrida armamentista vem se desenhando no subcontinente. Se em escala mundial, os Estados Unidos mantêm sua hegemonia incontestada no campo militar, na escala continental, um ator regional tem afetado o equilíbrio estratégico na América do Sul.

Na América do Sul, os cinco países com maior orçamento militar - a Argentina, o Brasil, o Chile, a Colômbia e a Venezuela - estão sob cerco. É um assédio comercial de variada origem. Segundo o pesquisador Fabián Calle, do Instituto Resdal, de Buenos Aires, os recursos gastos com programas de defesa, avaliados em cerca de US\$31 bilhões,

atraíram um novo padrão de ofertas, envolvendo produtos mais caros e de tecnologia avançada - em resumo: mais dinheiro, mais qualidade (O Estado de São Paulo, 28 de janeiro de 2007). Para alguns estudiosos, a disputa está polarizada entre a Venezuela e a Colômbia, com o Chile correndo por fora, e tem implicações estratégicas importantes, embora ambos os países neguem estar em disputa.

Com a ascensão de Hugo Chávez ao poder e sua revolução bolivariana, a fatura de petrodólares tornou-se primeiramente moeda para compra de apoios regionais. Contudo, o presidente da Venezuela vem demonstrando um apetite militar inusual. Depois de acordos iniciais com a China, desencorajados por meios diplomáticos pelos EUA, vieram vetos efetivos de compra de material com tecnologia norte-americana - como os Supertucanos da Embraer, aviões de transporte espanhóis e peças para seus antigos caças F-16 norte-americanos. Isso levou Chávez à Rússia, com vasta oferta militar e que está reestruturando sua indústria de defesa. O Kremlin sob Vladimir Putin não perde uma oportunidade de se afirmar como potência renascida, e isso o torna quase imune a vetos e pressões promovidas pelos americanos. O Estado de São Paulo, edição de 31 de outubro de 2006, atesta que a Rússia assumiu em 2005 a liderança nas vendas de armas ao mundo em desenvolvimento, quando os negócios cresceram de US\$26,4 bilhões em 2004 para US\$30,2 bilhões em 2005. Na América do Sul, o principal parceiro (comprador) da Rússia de Putin é a Venezuela de Chaves. O governo da Venezuela está desenvolvendo um vasto projeto de reequipamento das Forças Armadas. Até agora foram gastos cerca de US\$3,4 bilhões na aquisição de caças Sukhoi-30, helicópteros e fuzis AK-103. Também foram anunciados três empreendimentos importantes envolvendo o míssil antiaéreo russo Tor-M1 e a modernização dos caças americanos F-5 pelo Irã. Até 2012 a Marinha da Venezuela almeja ter a maior e mais poderosa frota de submarinos convencionais da América Latina. Serão 11 navios, nove dos quais modelos de alta tecnologia, e mais outros dois, modernizados. O governo já recebeu propostas da Alemanha, da França e da Rússia. O investimento no programa é estimado em US\$3 bilhões.

Os números venezuelanos impressionam e inquietam os vizinhos: US\$3 bilhões é o investimento da Marinha da Venezuela para ter a maior frota submarina da região; US\$70 milhões serão gastos para modernizar de 12 a 16 caças americanos F-5; US\$3,4 bilhões gastos com a aquisição de 24 caças Sukhoi-30 e Sukhoi-35, cerca de 35 helicópteros e 100 mil fuzis AK-103; US\$290 milhões é o valor gasto para comprar mísseis antiáeresos Tor-M1. A Venezuela anunciou recentemente que pretende desenvolver com tecnologia estrangeira mísseis de curto alcance. Já os aliados de Chaves, a Bolívia de Evo Morales e o

Equador de Rafael Quiroga ainda permanecem à parte do atual momento militar sulamericano.

No caso colombiano, tudo começa em 2000, com a adoção do Plano Colômbia, que permitiu a entrada de pessoal e equipamento militar americano no país, como parte da guerra ao narcoterrorismo. A Colômbia, que por via das dúvidas anunciou em 2007 que pretende investir US\$3,6 bilhões em aviões e armamentos, ainda não especificou seus produtos desejados. A aviação militar colombiana está incorporando bombas inteligentes de 900 quilos, guiadas por laser. Serão lançadas pelos 25 Supertucanos comprados da Embraer em 2005.

Enquanto isso, o Chile lidera em percentual de gastos com modernização militar, com cerca de US\$3 bilhões anuais. O país comprou recentemente 16 caças F-16 dos Estados Unidos, considerados de primeira linha, tanques alemães Leopard 2, que estão entre os melhores do mundo, e investe na profissionalização de seu efetivo. Mantendo sua tradição de estreita ligação com os Estados Unidos, o Chile investiu US\$45 milhões na aquisição de 20 mísseis Harpoon, americanos.

Fora do jogo, por ora, está a Argentina, preocupada em se recuperar economicamente. Porém, assim como a Colômbia, também está avaliando modelos não divulgados de armas anti-radar e de uso geral, de médio alcance, lançadas por aviões. Os demais países sul-americanos (Paraguai e Uruguai) permanecem na busca de soluções para problemas internos. Vale agora uma análise sobre a situação do Brasil em cenário tão dinâmico.

4. BRASIL: MAIS UMA VEZ O REAPARELHAMENTO

A discussão sobre a política de defesa brasileira seja ela apenas um desejo expresso por Nelson Jobim no VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, ou uma realidade, ocorre num momento em que se assiste ao possível começo de uma corrida armamentista na América do Sul. Mas o Brasil assistia e reagia de forma errática na última década essas novas territorialidades estratégicas no seu entorno. Enterrou programas que previam transferência de tecnologia, como o F-X (supersônicos multifunção) e o CH-X (helicópteros de transporte). Acabou comprando material usado. Não obstante, tornou real alguns empreendimentos. Operacional um esquadrão eficaz de aviões de vigilância e sensoramento montados no país pela Embraer, está modernizando seus antigos caças F-5 e lançou um submarino.

Porém, ainda é notório o sucateamento de nossas Forças, o noticiário nacional estampa em cores vivas a situação de penumbra que passa aquelas que deveriam resguardar nossas fronteiras, nossos mares e nosso espaço aéreo.

O baixo orçamento coexistindo com a desigual distribuição dos recursos das Forças Armadas pode ser apontado como fator para o atual quadro dantesco do equipamento militar. A folha de pagamentos consome cerca de 70% do orçamento (desse total, cerca de 60% responde pela folha de inativos) e apenas 5% vão para investimentos. A Força Terrestre ainda usa caminhões e blindados Cascavel e Urutu fabricados pela Engesa (falida em 1990). No ano passado, adquiriu do Exército alemão 250 tanques Leopard 1A5, fabricados entre 1987 e 1990. Por problemas orçamentários, a Marinha teve de aposentar um de seus melhores navios, a fragata Dodsworth, comprada do Reino Unido em 1996. A corveta Barroso, lançada ao mar em 1994, ainda não foi completada. Apesar disso, o Plano de Reequipamento da Marinha, entregue ao Ministério da Defesa em 2005, ainda não saiu da gaveta e espera o aval dos ministérios do Planejamento e da Fazenda. Emergencialmente, o programa prevê a compra de três novas fragatas usadas, de seis helicópteros anti-submarino e de patrulha e de seis submarinos. O porta-aviões São Paulo está em reforma, mas 10 dos 12 aviões de ataque A-4K Skyhawk, comprados do Kuwait, foram encostados por falta de peças e manutenção. Matéria veiculada no Correio Braziliense, de 07 de dezembro de 2006, atenta para o “apagão na Defesa”. Na Marinha, o Orçamento da União para 2007 foi reduzido em 25% a verba do programa de pesquisas nucleares desenvolvido no Centro Experimental Aramar, em Iperó. A Marinha recebeu apenas R\$28,5 milhões, com risco de ter que dispersar os técnicos e cientistas que atuam na pesquisa. Recentemente, o governo acenou com a injeção anual de R\$130 milhões para a conclusão do submarino nuclear.

Das três forças, a que se encontra melhor é a Aeronáutica. Além da compra de 12 caças franceses Mirage 2000C, está modernizando 46 caças F-5E e 44 AMX.

Porém, o reaparelhamento pretendido pela atual gestão da defesa e também pelos militares não é do tipo da compra direta, mas por intermédio de transferência tecnológica, coisa pouco provável quando o assunto é tecnologia militar. Em recente viagem à França e à Rússia, o titular da pasta da defesa ouviu dos russos que transferência tecnológica não é exatamente a intenção deles; da parte dos franceses, uma possibilidade de formar uma parceria estratégica na área militar. Ora, o mercado da defesa movimenta bilhões de dólares mundo afora. É evidente que outros gigantes produtores de armamento não ficaram alheios a essa aproximação franco-brasileira no tema das armas. Os Estados Unidos já

planejam uma investida mais agressiva na disputa pelo mercado nacional. O problema é que a política norte-americana jamais deu sinais de transferir tecnologia quando o assunto é defesa. A Alemanha também se assanha para ter uma fatia do bolo. De qualquer forma, o problema terá que ser encarado por este governo ou por outro. Mas enquanto o Brasil não faz seu dever de casa, nossos vizinhos têm ido constantemente ao mercado do armamento. Daí que, uma análise do nosso entorno regional faz aparecer uma outra preocupação com um futuro reaparelhamento das Forças Armadas.

O Brasil, que tem o maior orçamento militar da região. Porém, que vinha perdendo para os vizinhos em modernização, anunciou que também vai aumentar os gastos militares. Entre as planos estão a construção de um submarino com propulsão nuclear, projeto antigo mas que estava arquivado.

Isso leva a lances que denotam falta de planejamento: a FAB adquiriu alguns helicópteros usados dos EUA e, quando viu a compra feita por Chávez, foi atrás dos modelos vendidos por Moscou.

A análise da atual necessidade de melhora do sistema de Defesa no Brasil deve encontrar amparo no arcabouço institucional. Para isso, há uma gama de políticas, planos e programas voltados exclusivamente para a gestão do território, mas, com viés no sistema de defesa.

5. O APARATO INSTITUCIONAL

O arcabouço institucional existente para o trato da gestão do território é composto de várias políticas, planos, programas e outros assemelhados.

A União, que constitucionalmente detém a prerrogativa de gerir o território como um todo possui as mais amplas políticas nesse sentido. Sem desejo de esgotar os estudos, tal arcabouço é analisado superficialmente, não esgotando de forma alguma a possibilidade de mais aprofundamento.

Política de Defesa Nacional (Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005). Esta política está sofrendo diversas alterações junto ao Ministério da Defesa, cujo produto final será a Política Estratégica de Defesa Nacional, a ser apresentada no corrente ano. Mas sua principal finalidade é a defesa do território nacional, com seus recursos naturais e populacionais. Logo, a PEDN tem relação direta na gestão do território.

Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT). Ainda em gestação, esta política tem a concepção típica de gestora do território nacional. Seu principal mérito deve ser a integração com as demais políticas, principalmente a PNDR.

Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR. (Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007). Tem como objetivos, atuar nas profundas desigualdades de níveis de vida e de oportunidades de desenvolvimento entre unidades territoriais ou regionais do país; nos territórios que despertam menos interesses às forças do mercado; combater a desigualdade de renda; minimizar as forças tradicionais da concentração e efetivar o dinamismo em todo território de atuação. Desta forma, os espaços não incorporados a contento pela dinâmica capitalista justificam a intervenção do Estado. Não confundir política regional com política social: assim, o combate à pobreza não é objeto da PNDR.

A Lei 6.634/79, regulamentada pelo Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980 institui uma região denominada de Faixa de Fronteira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira brasileira, que abrange 11 unidades da Federação e 588 municípios e reúne aproximadamente 10 milhões de habitantes atualmente. É sobre essa região que o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira deve atuar.

Serviço Florestal Brasileiro – SFB (Lei nº 11.284, de 02 de Março de 2006, regulamentada pelo Decreto 6.063, de 20 de março de 2007) Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF. O SFB trata exclusivamente sobre a gestão de florestas públicas, o que implica diretamente na gestão territorial. Logo, o SFB também deve servir de base para a elaboração de outras políticas e programas.

O Plano Diretor do Município de São Gabriel da Cachoeira (Lei Municipal nº 209, de 21 de Novembro de 2006) diz respeito à gestão territorial exclusiva do município. A complexidade, a superposição de territórios na Cabeça do Cachorro é um desafio para a operacionalização do Plano. O Plano Diretor tem por objetivo planejar e ordenar a área sob sua atuação, principalmente a sede do município, que já experimenta um incipiente processo de verticalização.

Aqui, somente foram citadas, as principais políticas, planos e programas que, a nosso ver estão mais diretamente voltados para a gestão do território. Outras políticas, planos e programas com certeza enriquecem o debate. Porém, tal análise deve ser objeto de outros estudos. Porém, há um programa que traz um interesse particular. Trata-se do Programa Calha Norte, que, apesar de ser um programa interministerial, tornou um projeto militar para determinada parcela da sociedade. Forças Armadas, mais precisamente, o Exército Brasileiro está materializado nesse programa, cujo objetivo principal é a integração e manutenção da soberania nacional nessa porção territorial.

6. A PRESENÇA DO EXÉRCITO NA CABEÇA DO CACHORRO: O PROGRAMA CALHA NORTE

O Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva (Brigada Ararigbóia), recentemente transferido do município de Niterói-RJ, está localizado no município de São Gabriel da Cachoeira, na região conhecida como “Cabeça do Cachorro”. Subordinado a Brigada Ararigbóia estão vários batalhões, dentre os quais o Comando de Fronteira Rio Negro - 5ª Batalhão de Infantaria de Selva (CFRN/5º BIS), sediado nesse mesmo município. Além de São Gabriel da Cachoeira, a Brigada Ararigbóia tem como área sob sua responsabilidade, em caso de atuação, os municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro. As reminiscências históricas dessa Unidade Militar são encontradas nas origens da 5ª Companhia Especial de Fronteira (5ª CEF), criada em 03 de dezembro de 1984, cuja missão principal foi de início vigiar e proteger as fronteiras do Brasil com os vizinhos países da Venezuela e Colômbia. Ocupou inicialmente as instalações da 1ª Companhia do 1º Batalhão de Engenharia de Construção, na sede do município de São Gabriel da Cachoeira. Subordinada ao Comando Militar da Amazônia (CMA), a 5ª CEF passou a ter sob seu comando o 4º PEF (Cucuí) e o 1º PEF (Yauaretê). Este foi instalada em 1981 e era mobilizado por um destacamento do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Manaus). Os militares de Yauaretê também realizavam rodízios de seu efetivo pelas localidades de São Joaquim e Querari. Os PEF dessas localidades só viriam a existir mais tarde.

Já em 1987, a 5ª CEF foi extinta e criado o 5º Comando de Fronteira Rio Negro - 5ª Batalhão Especial de Fronteira (5ºCFRN/5º BEF). Como fruto do projeto de implantação de Unidade Militares na faixa de fronteira do então Projeto Calha Norte, as obras do aquartelamento do 5ºCFRN/5º BEF foram iniciadas no final de 1987, no km 3 da BR 307. Já no final de 1988, o 5ºCFRN/5º BEF ocupou suas novas instalações, intensificando ainda mais sua missão na região da Cabeça do Cachorro. Em 1990, a Unidade recebeu a denominação histórica de “Batalhão Forte São Gabriel”, em homenagem à primeira instalação militar da coroa portuguesa na região, ocorrida em 1761. Em 1992, o Comando Militar da Amazônia passou o 5ºCFRN/5º BEF à subordinação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Boa Vista-AM. E no mesmo ano a unidade militar passou a ser designada por CFRN/5º BIS. Tais mudanças denotam as evoluções da Unidade de acordo com os diversos contextos. A mudança de Companhia para Batalhão redonda num acréscimo excepcional de efetivo. Já a alteração de Batalhão Especial de Fronteira para Batalhão de Infantaria de Selva implica mais em mudanças de emprego tático da Unidade, não implicando necessariamente em aumento de efetivos. Vale ressaltar que tais alterações

são rigorosamente estudadas e implementadas pelo Estado-Maior do Exército de acordo com a conjuntura vigente. A subordinação do batalhão a uma brigada é apenas um prosseguimento da escala hierárquica. O Pelotão está subordinado à uma Companhia; esta por sua vez, a um Batalhão; este a uma Brigada; esta a uma Divisão de Exército; e finalmente, este a um Corpo de Exército ou Comando Militar de Área, como é o caso do Comando Militar da Amazônia.

Como unidade operacional da Brigada Ararigbóia, o Batalhão Forte São Gabriel tem como missão assegurar a presença da Força Terrestre (braço operacional do Exército) na linha de fronteira; vigiar e reconhecer a faixa de fronteira e guardar as vias de acesso ao território nacional; ficar em condições de ser empregado em ações ofensivas e defensivas em sua área de responsabilidade e criar condições para o desenvolvimento da região, incrementando a ocupação física do vazio demográfico que caracteriza a Cabeça do Cachorro. Por intermédio de seus Pelotões Especiais de Fronteira, o Batalhão Forte São Gabriel tem cumprido sua missão diuturnamente com seus soldados guerreiros de selva, muitos oriundos dos mais diversos rincões do território nacional, irmanados com os descendentes indígenas, defendendo o solo brasileiro.

Os PEF têm um papel importante para o desenvolvimento sócio-econômico da região além do inquestionável apoio às comunidades ribeirinhas, posicionadas em sua área de atuação. Possuem o tema expresso pela tríade: “Vida, Combate e Trabalho”, pois sua missão não se limita apenas ao campo militar, mas também, inclui atividades ligadas a sobrevivência, a execução de serviços diários da unidade militar.

Os PEF possuem uma estrutura básica mais ou menos homogênea. Além de possuir uma pista de pouso e decolagem, que é a garantia de suprimento das populações que lá vivem, inclusive para evacuação médica, as instalações próprias do pelotão incluem as residências dos militares, numa área equivalente a cerca de 10 hectares. Possui também os chamados pavilhões de terceiros, onde está prevista a ação governamental, por intermédio de vários ministérios (Educação, Saúde, Justiça, Relações Exteriores etc), além de outros órgãos governamentais (Funai, Incra, Abin, Polícia Federal, Polícia Militar etc), marcando a presença do Estado. Já o pavilhão comunitário tem sua destinação a serviços prestados (escolas, creches, cartórios, bancos, posto de saúde etc) à comunidade local, notadamente, a indígena, com o intuito de atraí-las para sua órbita de influência.

De todo Exército Brasileiro, o 5º BIS é a Organização Militar que possui o maior número de PEF, totalizando sete, os quais vêm cumprindo fielmente sua missão. Cezar (2007) caracteriza os sete pelotões subordinados ao 5º BIS.

O 1º PEF, “Sentinela da Cachoeira das Onças” está situado no Distrito de Yauaretê, às margens do rio Uaupés, afluente do rio Negro, cerca de 250 km da sede do Batalhão. Foi inaugurado em 17 de junho de 1988.

O 2º PEF foi instalado em Querari, as margens do rio Uaupés, localizado a 330 km da sede, sendo inaugurado em 1º de setembro de 1988.

O 3º PEF, “Sentinela do Rio Içana”, está no Distrito de São Joaquim as margens do rio Içana, localizado a 326 km da sede. Foi inaugurado em 17 de junho de 1988, embora desde 1982, a região contasse com a presença de militares do Destacamento do 1º BIS.

O 4º PEF está localizado no Distrito de Cucuí, a margem esquerda do rio Negro, na área da tríplice fronteira, a 230 km da sede. O PEF foi inaugurado conforme registros históricos do 5º BIS, no dia 10 de julho de 1955. Pertenceu ao então Comando de Elementos de Fronteira e depois ao Grupamento de Elementos de Fronteira.

O 5º PEF foi instalado no sopé do Parque Nacional do Pico da Neblina em Maturacá e inaugurado em 30 de junho de 1994. Está localizado a 100 km da sede. Vale ressaltar que o embrião do PEF surgiu em 29 de abril de 1989, quando fora ali instalado um destacamento militar.

O 6º PEF está localizado a 305 km da sede, no Distrito de Pari-Cachoeira, sendo inaugurado em 30 de maio de 1999.

O 7º PEF foi inaugurado em 04 de abril de 2003, localizado as margens do rio Içana, no Distrito de Tunuí-Cachoeira, a 250 km da sede.

Graças ao Programa Calha Norte houve uma acentuada vivificação da faixa de fronteira, com base na presença e na atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF). A criação dos PEF tem o propósito de ocupar e manter a soberania brasileira na Cabeça do Cachorro. Porém, a mais importante de suas missões é levar aqueles que lá estão a conexão com o restante do País. Daí a sua atuação não se restringir à área militar simplesmente, mas se expandir para os campos sociais, educacionais, culturais e bem-estar.

7. ALGUMAS PALAVRAS PARA CONCLUIR

No VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães representou bem o pensamento de uma parcela de nossa sociedade: “muitos gostariam que o Brasil fosse um País pequeno, mas não o é; o Brasil é um País grande, queiram ou não! Pensar em Brasil é pensar em dimensões continentais, em vastas áreas ainda por serem ocupadas. Mas pensar Brasil também é pensar em problemas igualmente

extensos e profundos que remontam nossa existência como Nação. Sim, somos uma Nação. Talvez incompleta, mas somos uma Nação. E pensar Nação é pensar território.

A gestão do território é exclusiva do Estado. Disso não restam dúvidas. Porém, a história do Brasil demonstra que poucos foram os momentos de atuação do Estado nessa direção.

Os eventos ocorridos em Belém e Brasília no ano de 2007 corroboram para que essa tendência histórica seja revertida. E nesse contexto ganha força a gestão do território, cujo momento faz com que a análise transborde as escalas regional e nacional. Invariavelmente, as políticas territoriais emanadas de Brasília terão que transbordar nossa fronteira e incluir territórios de vários países vizinhos, senão, todos. Mas o que sabermos a respeito de nossos vizinhos? A resposta já está implícita na pergunta.

Além do pouco conhecimento do entorno regional convivemos com graves problemas. O sucateamento das Forças Armadas atinge as três forças. A Marinha e a Aeronáutica acabam optando pela compra de equipamentos recauchutados, às vezes aviões supersônicos e fragatas. O Exército, mais austero nos gastos, é obrigado a improvisar, como fez ao reformar os Urutus utilizados no Haiti. Além da falta de recursos, a crise que ronda as Forças Armadas também tem como ingrediente certa ambigüidade na estratégia de defesa nacional, que se reflete nas prioridades dos gastos. Os dois fatores convergem para o Ministério da Defesa. A situação somente não é grave porque o bom senso prevalece na oficialidade. Essa é a razão pela qual o saudosismo e o revanchismo não têm audiência nas Forças Armadas. Mesmo assim, os políticos devem dar mais atenção aos problemas dos militares.

Institucionalmente, ainda não há uma estratégia clara visando a realidade regional, faltam estudos sobre nossos vizinhos, falta planejamento de Estado. Daí a necessidade da integração das diversas políticas voltadas para a gestão do território, em especial a PNOT, PDN e PNDR.

Ainda, sempre há o argumento de que o Brasil tem que ter outras prioridades. Isso acaba sendo uma verdade cômoda, porque desobriga as autoridades a encarar a mudança no cenário estratégico da América do Sul.

Assuntos como planos de internacionalização (da Amazônia) e privatização (da Floresta amazônica) mostram a urgência de nos debruçarmos sobre questões fundamentais relacionadas com o Estado nacional. Isso continua fundamental para que possamos fazer nossa lição de casa e consolidar, na teoria e na prática, o conceito de nação, soberania, povo, Brasil.

Assim, pensar e promover a integração das políticas públicas sociais e regionais, planejar a expansão das potencialidades do país em todas as dimensões, estabelecer o pacto entre o passado, o presente e as gerações futuras são atribuições históricas do Estado, como ensinam filósofos como Hegel, Eric Weil e Henrique de Lima Vaz. Um Estado que queremos democrático e de direito, mas com força suficiente para impedir o esquarteramento do Brasil. O Brasil é grande e tem unidade!

8. REFERÊNCIAS

ALVES, E.C. 2007. **São Gabriel da Cachoeira - sua Saga, sua História**. Goiânia: Editora Kelps.

BECKER, BK. 1990. **Amazônia**. Série Princípios. Editora Ática: São Paulo.

BECKER, B.K.1982. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

_____. 2005. **Amazônia, geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Editora Garamond.

BECKER, B.K *et al.* 2002. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec.

BRASIL. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Política de Defesa Nacional**. República Federativa do Brasil.

BRASIL. **Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. República Federativa do Brasil.

BRASIL. **Lei nº 11.284, de 02 de Março de 2006. Serviço Florestal Brasileiro**. República Federativa do Brasil.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. **Conflitos na América do Sul – consequências para o EB/2022: relatório de simpósio**. George Luiz Coelho Cortês (Org.). Brasília: 2007. CD Rom, 90 KB. Última revisão: 13 jun. 2007.

FIORI, J.L. **Nicholas Spykman e a América Latina**. Opinião. Correio Braziliense, 08 Dez 07.

GODOY, R. **Agenda paralela inclui cooperação na área de defesa. EUA oferecem cursos e conhecimentos avançados de inteligência, mas querem dados coletados pelo Sivam**. O Estado de São Paulo, de 11 de março de 2007.

HAESBAERT, R. (Org.). 2001. **Globalização e fragmentação do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: EdUFF. p.11-53.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. 2003. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5ed. Rio de Janeiro: Record.

SANTOS, M. 2005. **Por uma nova globalização: do pensamento único à consciência universal**. 12 ed. Rio de Janeiro: Record.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. **Lei Municipal nº 209, de 21 de Novembro de 2006**. Plano Diretor do Município de São Gabriel da Cachoeira.